



## O Crime

19-01-2012

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 510000

Temática: Sociedade

Dimensão: 681

Imagem: N/PB

Página (s): 6

Procuradora-geral distrital de Lisboa traça objectivos do MP em cenário de crise

# Mais crime e mais dificuldade em o combater

Carlos Saraiva

Com o aumento previsível da criminalidade violenta e da corrupção, Francisca van Dunem alerta os magistrados do Ministério Público para tempos difíceis. E pede "criatividade".

A crise económica vai reflectir-se no agravamento da criminalidade violenta e o aparelho judicial terá mais dificuldade em combatê-la. Esta é a conclusão imediata que se pode extrair, lendo os objectivos traçados para 2012 pela Procuradoria-geral distrital de Lisboa (PGDL), num documento que define linhas orientadoras para os procuradores do Ministério Público.

Os alertas lançados por Francisca Van Dunem nas "Linhas de orientação para a Actividade do Ministério Público no ano de 2012" sugerem um cenário de previsível aumento do crime violento, da corrupção, e das litigâncias laboral e comercial, agravado com as previsíveis dificuldades dos tribunais em lidarem com o novo contexto, uma vez que o aparelho judicial é, ele próprio, vítima da crise económica que o pode empurrar para uma espécie de "exigência mínima de funcionamento".

"A situação de grave crise que o país atravessa terá necessariamente repercussões nos tribunais. Na área criminal terá de se considerar a necessidade de um enfoque muito particular na criminalidade violenta e organizada e na criminalidade económico-financeira", salienta a Procuradora-geral distrital.

Francisca Van Dunem refere que "a criminalidade violenta vem conhecendo, nos últimos anos, uma expressão altamente preocupante e que todos os indicadores apontam no sentido do reforço das condições para a ocorrência de crime: praticados no exercício de funções: públicas e/ou envolvendo interesse: patrimoniais do Estado".

## Tribunais em tempo de crise

Mas não é só o previsível aumento da criminalidade e da corrupção



Procuradora-geral distrital alerta para aumento do crime

que dará mais trabalho aos tribunais, testando a sua agilidade num tempo de escassez de recursos. Na mesma linha de agravamento está a litigância laboral e comercial, por via dos despedimentos e das insolvenças, obrigando a uma eficaz coordenação dos serviços do Ministério Público com a Autoridade

para as Condições do Trabalho, no primeiro caso, e a "melhoria da articulação com a jurisdição laboral", no segundo.

O futuro imediato dos tribunais, face ao apertar de cinto, não é tranquilizador: "As jubilações de magistrados e reformas de ofícios de justiça, sucedendo-se agora a

## Perfis ADN

Francisca van Dunem mostra-se também interessada em dinamizar a base de perfis de ADN, um instrumento criado há cerca de 3 anos que se tem revelado inútil do ponto de vista da investigação criminal, dados os obstáculos legais que impedem a inscrição de novos perfis.

## Sentença por acordo

A Procuradora-Geral Distrital emitiu, na última sexta-feira, uma orientação sobre a eventualidade de o Ministério Público promover acordos com os arguidos. Estes acordos só seriam válidos mediante confissão e não poderiam definir uma pena em concreto, mas apenas os seus limites. Primeiro a prática, depois a regulamentação, sugere Francisca van Dunem, salientando que, "embora lei portuguesa não preveja este tipo de acordos, também não os proíbe". A procuradora pede aos magistrados do MP em Lisboa que avaliem a receptividade dos juizes a esta nova abordagem.

## Emergência nacional

Sem alternativa. A crise vai obrigar a respostas à altura dos tempos, também para o Ministério Público. Nos vectores estratégicos estabelecidos para este ano, Francisca van Dunem apela à "criatividade" dos magistrados do MP: "Havendo exigências mínimas de funcionamento que não podem, ser postergadas, a evidência das dificuldades económicas e, sobretudo, financeiras, impõe uma postura de solidariedade social e institucional por parte do MP. E implica capacidade de encontrar respostas alternativas, a criatividade para as identificar e a energia para as implementar. Neste contexto de emergência nacional, a simplificação, a desburocratização de procedimentos e a racionalização do uso de meios são erigidas em condição de sobrevivência".

## Identificar "protagonistas"

Para a área penal, as linhas orientadoras da PGDL vão no sentido de fazer julgamentos mais rápidos, por via da "aplicação de formas simplificadas", nos casos da pequena e média criminalidade, que representam actualmente 80% do total (distrito de Lisboa).

No que diz respeito ao crime violento, a estratégia está igualmente definida: Melhor recolha de informação no terreno, identificação de "indivíduos e/ou protagonistas", abordagens específicas de combate ao crime violento e aumento das sinergias de actuação entre todos os intervenientes na investigação.

## O crime não pode compensar...

Para os crimes económicos e financeiros, Francisca Van Dunem defende a necessidade de tornar o crime desvantajoso para quem o pratica. "Cumprir combater esta realidade, dinamizando a perda ampliada de bens e a utilização de boas práticas. Será ainda acompanhada com particular atenção a implementação do Gabinete de Recuperação de Activos, importando analisar formas concretas de execução do mecanismo nas investigações criminais".



"A situação de grave crise que o país atravessa terá necessariamente repercussões nos tribunais."